

# Redesim aprova norma que amplia dispensa de alvará para atividades de baixo risco

Sex 14 maio

O Comitê Gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) mineira aprovou, nesta quinta-feira (13/5), a Resolução 02/2021, que amplia a dispensa de atos públicos para atividades classificadas de baixo risco. Com a votação, o estado passa a ter 701 atividades que não necessitam de alvará e exigências normativas, simplificando e desburocratizando o processo para empreender em Minas Gerais.

“Para alcançar esse objetivo, é fundamental trabalharmos em conjunto. Nesse sentido, os órgãos de licenciamento estadual revisaram seus normativos para adequar o grau de risco proposto na Lei da Liberdade Econômica”, explica o presidente da Redesim mineira e da [Junta Comercial de Minas Gerais \(Jucemg\)](#), Bruno Selmi Dei Falci.

Falci ressaltou que esta revisão consolida Minas Gerais como estado livre para crescer e empreender. “Estes são projetos importantes para reduzir a burocracia, dar agilidade aos processos de registro e licenciamento de empresas e oferecer aos empresários um atendimento com qualidade e presteza”, destaca.

O subsecretário de Desenvolvimento Regional da [Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico \(Sede\)](#), Douglas Cabido, reforça que Minas é o primeiro estado em número de atividades dispensadas de ato público de liberação. “Com o trabalho de todos os órgãos licenciadores e apoio do [Governo](#), chegamos a um patamar de 701 atividades dispensadas. É assim que vamos trazer o desenvolvimento”, observa.

## Balanço

A resolução foi elaborada conjuntamente pela Sede e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae-MG), que, em parceria com a Jucemg, promoveram a integração de 21 novos municípios à Redesim e a implementação de mais 13 Salas Mineiras.

Atualmente, a rede nacional conta com 327 municípios mineiros integrados e 261 Salas Mineiras implantadas.

Segundo o diretor de Informação, Negócios e Tecnologia da Jucemg, Henrique Petrocchi, as próximas ações do comitê serão a criação de um grupo de trabalho com as prefeituras para ajudar os municípios a potencializar os processos de desburocratização e simplificação de negócios; a elaboração de regimento interno para o comitê gestor; a implementação da Medida Provisória 1.040/21, que automatiza os processos de consulta de nome e viabilidade locacional de empresas; e a reavaliação do ranking das prefeituras.

## Comitê

A função principal do Comitê Gestor é efetivar a Redesim em Minas Gerais, simplificando os

processos de abertura, alteração e extinção de empresas no estado. O órgão é composto por representantes envolvidos no processo de abertura e licenciamento de empreendimentos, como as secretarias de Estado de [Planejamento e Gestão \(Seplag\)](#), [Fazenda \(SEF/MG\)](#), [Saúde \(SES-MG\)](#), [Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#), o [Corpo de Bombeiros Militar \(CBMMG\)](#) e o [Instituto Mineiro de Agropecuária \(IMA\)](#), integrado recentemente.

Participam também a Receita Federal do Brasil, a Associação Mineira de Municípios e o Sebrae-MG.